

Crowdfunding: Novo regime sancionatório e entrada em vigor do regime do financiamento colaborativo de capital ou por empréstimo

Foi publicada no passado dia 9 de Fevereiro, entrando em vigor no dia seguinte, a Lei n.º 3/2018 que define o regime sancionatório aplicável ao desenvolvimento da actividade de financiamento colaborativo (vulgarmente designado por “*crowdfunding*”).

Pese embora o escopo aparentemente limitado da Lei n.º 3/2018, a respectiva entrada em vigor reveste-se de especial importância, dado que dela dependiam a entrada em vigor e integral aplicação das regras relativas ao financiamento colaborativo de capital ou por empréstimo delineadas na Lei n.º 102/2015, de 24 de Agosto, que aprovou o Regime Jurídico do Financiamento Colaborativo (“RJFC”), e posteriormente desenvolvidas no Regulamento da CMVM n.º 1/2016.

Ao contrário do que sucedeu relativamente às regras referentes às modalidades de financiamento colaborativo através de donativo e com recompensa, as quais entraram em vigor ainda no decurso do ano 2015, a introdução de condicionamentos à entrada em vigor das disposições referentes às modalidades de financiamento colaborativo de capital ou por empréstimo, quer na Lei n.º 102/2015, quer no Regulamento da CMVM n.º 1/2016, levou a que, até agora, apenas aquelas duas primeiras modalidades encontrassem regulação cabal no ordenamento jurídico português.

Assim, se relativamente às modalidades de financiamento colaborativo através de donativo e com recompensa apenas haverá a destacar as novidades introduzidas pela Lei n.º 3/2018, nas modalidades de financiamento colaborativo de capital ou por empréstimo importará, ao invés, considerar o regime na sua globalidade, dado que só a partir da entrada em vigor da Lei n.º 3/2018 poderá o mesmo ter-se como vigente e aplicável.



Financiamento colaborativo através de donativo ou com recompensa

Nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 102/2015 deve entender-se como financiamento colaborativo através de donativo aquele pelo qual a entidade financiada recebe um donativo, com ou sem entrega de uma contrapartida não pecuniária e como financiamento colaborativo com recompensa aquele pelo qual a entidade financiada fica obrigada à prestação do produto ou serviço financiado, em contrapartida do financiamento obtido.

Relativamente ao regime instituído pelo RJFC aprovado em 2015, a Lei n.º 3/2018 não trouxe alterações de relevo. Cumpre referir, apenas, que a entidade à qual deve ser comunicado o início de actividade de uma qualquer plataforma de *crowdfunding* nestas modalidades passa a ser a Direcção Geral das Actividades Económicas - DGAE (em detrimento da Direcção Geral do Consumidor, que, até agora, centralizava aquelas comunicações).

No que respeita ao regime sancionatório, são atribuídas à Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) as competências de fiscalização, instrução processual e aplicação de coimas e sanções acessórias no quadro do desenvolvimento destas modalidades de *crowdfunding*, havendo ainda a destacar os seguintes aspectos:

- As infracções relevantes respeitam a vertentes várias do regime compreendendo, designadamente: a falta de comunicação do início de actividade da plataforma junto da DGAE ou o incumprimento dos limites máximos de angariação (qualificadas como contra-ordenações muito graves), a violação do regime de prestação de informações quanto à oferta ou a violação do regime de redução a escrito e disponibilização de contratos de adesão à plataforma em causa (qualificadas como contra-ordenações graves) ou a violação do regime de publicidade relativo às ofertas (qualificada como contra-ordenação leve).

- Os limites das coimas variam consoante o infractor seja pessoa singular ou pessoa colectiva: assim, se para as primeiras, as coimas intervalam entre € 300 (limite mínimo das contra-ordenações leves) e € 3.750 (limite máximo das contra-ordenações muito graves), para as segundas, os referidos limites são agravados, passando para € 1.200 e € 44.000, respectivamente. Em ambos os casos, os limites mínimos e máximos das coimas aplicáveis são reduzidos a metade em caso de negligência.
- A aplicação de coimas poderá cumular com a aplicação de sanções acessórias ao infractor, incluindo a apreensão e perda do benefício obtido pelo mesmo e/ou a interdição temporária (até dois anos) do exercício de profissão ou actividade.

Financiamento colaborativo de capital ou por empréstimo

Estas modalidades estão definidas na Lei n.º 102/2015 como o financiamento *pelo qual a entidade financiada remunera o financiamento obtido através de uma participação no respectivo capital social, distribuição de dividendos ou partilha de lucros (financiamento colaborativo de capital) ou através do qual a entidade financiada remunera o financiamento obtido através do pagamento de juros fixados no momento da angariação (financiamento colaborativo por empréstimo).*

Sendo modalidades distintas de *crowdfunding*, a sua regulação jurídica é, contudo, una, apresentando, quando comparada com os normativos aplicáveis às modalidades de financiamento colaborativo de donativo e com recompensa, contornos de maior exigência e controlo no que respeita aos requisitos para desenvolvimento da actividade correspondente.

Pese embora o RJFC aprovado em 2015 fixasse já os princípios chave pelos quais estas modalidades de *crowdfunding* se deveriam reger, remeteu para regulamentação posterior da CMVM o estabelecimento das concretas regras, requisitos e limites aplicáveis. Neste contexto, em Maio de 2016 foi aprovado e publicado o Regulamento CMVM n.º 1/2016, aplicável exclusivamente às modalidades de financiamento colaborativo de capital e por empréstimo, e no qual se desenvolve o RJFC em relação a diferentes matérias, incluindo:

- Acesso à actividade de intermediação de financiamento colaborativo em tais modalidades, o qual, entre outros requisitos, se encontra sujeito a registo prévio das entidades gestoras das plataformas electrónicas junto da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (“**CMVM**”), tendo em vista assegurar o controlo dos requisitos para o exercício da actividade pelas plataformas e, bem assim, o controlo da idoneidade da gestão dos seus operadores.
- Deveres das entidades gestoras das plataformas electrónicas, quer quanto à sua organização e gestão interna, quer em relação aos investidores e aos beneficiários do investimento;
- Obrigações de informação dos beneficiários do investimento para efeitos de informação aos investidores, às plataformas electrónicas e à CMVM, sendo de destacar a necessidade de tal beneficiário disponibilizar à plataforma, para informação dos investidores, documento contendo as “informações fundamentais destinadas aos investidores de financiamento colaborativo” - IFIFC;
- Limites máximos de investimento, fixados, para as pessoas singulares com rendimento anual inferior a € 70.000 e que não sejam investidores qualificados, em € 3.000 por oferta e € 10.000 no total dos investimentos realizados no período de 12 meses;
- Limite máximo de angariação, equivalente a € 1.000.000 por actividade ou produto, no decurso de um período de 12 meses, independentemente de a angariação ser feita através de uma única oferta ou no cômputo global de mais ofertas a terem lugar na União Europeia, sendo que aquele limite é revisto em alta para € 5.000.000 quando as ofertas se destinem a ser subscritas, em exclusivo, por pessoas colectivas ou pessoas singulares com rendimento anual igual ou superior a € 70.000.

- Deveres de prevenção de conflitos de interesses pelas plataformas electrónicas.

Conforme referido acima, porém, nem os princípios fixados pela Lei n.º 102/2015, nem o Regulamento CMVM n.º 1/2016 se encontravam em vigor, estando a aguardar o “completar do círculo” agora trazido pela Lei n.º 3/2018 ao fixar o regime sancionatório relativo a estas actividades.

Neste âmbito, há a destacar não só o valor significativo das coimas (cujos limites não variam em função do sujeito da infracção ser pessoa singular ou colectiva ou da imputação ser feita a título de dolo ou negligência), mas também a panóplia de sanções acessórias que poderão cumular com a aplicação de tais coimas. Assim:

- quanto aos limites máximos e mínimos das coimas, estes fixam-se em € 5.000 e € 1.000.000, para as contra-ordenações muito graves, € 2.500 e € 500.000, para as contra-ordenações graves, e € 1.000 e € 200.000, para as contra-ordenações leves. De realçar que se triplo do benefício económico exceder o limite máximo da coima aplicável, este é elevado àquele valor.
- sobre as sanções acessórias passíveis de aplicação, às já acima referidas apreensão e perda do benefício obtido pelo infractor e/ou a interdição temporária (até dois anos) do exercício de profissão ou actividade, acrescem a inibição, até dois anos, do exercício de funções de administração, gestão, direcção, chefia ou fiscalização e, em geral, de representação de entidades sujeitas à supervisão da CMVM, a publicação e divulgação da sanção aplicável e o cancelamento do registo necessário para o exercício de actividades de financiamento colaborativo.

Por último, cumpre apenas dar nota que a CMVM concentra agora todos os poderes de regulação, supervisão, fiscalização, averiguação de infracções, instrução processual e aplicação de coimas e sanções acessórias no quadro da actividade de financiamento colaborativo de capital ou por empréstimo.

A informação contida nesta FYI não consubstancia opinião ou assessoria jurídica, não dispensando a consulta da legislação referida e/ou aconselhamento junto de um profissional para aplicação a situações concretas.

Áreas de Actividade

Direito Comercial e Societário // Fusões & Aquisições // Private Equity // Direito Bancário e Financeiro // Mercado de Capitais // Direito Fiscal e Contencioso Tributário // Direito Laboral // Direito Comunitário e da Concorrência // Direito da Propriedade Intelectual, Publicidade e Consumo // Media, Telecomunicações e Tecnologias de Informação // Direito Marítimo e Aéreo // Direito Administrativo, Contratação Pública, Parcerias Público-Privadas // Planeamento e Urbanismo // Imobiliário e Construção // Energia e Ambiente // Contencioso, Arbitragem e Mediação